

PARECER

ASSUNTO: Instalação de Vedações – paisagem – Parque Natural da Serra de São Mamede
– Of. 844da Provedoria da Justiça, Comunicação de 29.05.2013
– Refª Q-2440/14(A1)

Sobre o assunto em epígrafe, a Provedoria da Justiça pretende saber do resultado da fiscalização quanto a eventuais situações ilícitas relativas às vedações instaladas por particulares e, particularmente, com apoio em auto de notícia lavrado pelo SEPNA da GNR em 14.08.2012, relativamente à construção de três muros com vedação sobreposta em desrespeito do disposto no art. 59º do RMEU.

Complementarmente, solicita esclarecimento sobre qual foi o motivo porque foi alterado o art. 59º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e identificar o modo de publicação oficial


Ora,

Quanto à execução de vedações não havendo conhecimento da execução de novas vedações que não aquelas que são executadas pela Empresa RECPROP as mesmas já foram objeto de análise e de informação ao Sr. Provedor da Justiça no âmbito do Proc. P-02/12(A1), entretanto, arquivado nos termos do art. 31º al. c) do Estatuto do Provedor da Justiça conforme comunicação ao Sr. Presidente da Câmara através do Ofício nº 844 de 09.05.2013.

Quanto à construção dos muros e sobreposição de vedação de altura superior a 1,20m a confinarem com a via pública e a que aludem o Auto de Notícia lavrado pelo SEPNA da GNR de 14.08.2012 há, efetivamente, necessidade de certificar tais factos uma vez que, aparentemente, os mesmos serão desconformes com o RJUE como com o RMUE tanto mais que a comunicação de arquivamento do Processo acima referido pela Provedoria de Justiça terminava referindo no seu ponto : "4. Por outro lado o compromisso de V.Exª de que irá confirmar o cumprimento do disposto no Regulamento Municipal de Edificações Urbanas **quanto aos muros executados no local**"

Quanto ao esclarecimento solicitado relativamente ao artigo 59º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, por total desconhecimento do assunto, nada poderemos adiantar.

É este, s.m.op. o nosso parecer
Castelo Branco, 24.Novembro.2014


A. DIAS PEDRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Advogados
Contribuinte n.º 507 075 803
Rua Poeta João Roiz n.º 12 - 1.º E
6000-260 CASTELO BRANCO



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

Nº 1065
ENTRADA
EM

2014-09-29
Secretaria da Câmara Municipal de
MARVÃO

Ex.^{mo} Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Marvão
Largo de Santa Maria
7330-101 Marvão

DESPACHO

<input type="checkbox"/> AUTORIZO	<input type="checkbox"/> ASSEMBLEIA MUNICIPAL
<input type="checkbox"/> CUMPRE-SE	<input type="checkbox"/> CÂMARA MUNICIPAL
<input type="checkbox"/> INFORME-SE	<input type="checkbox"/> DIVISÃO AD. FINANCEIRA
<input type="checkbox"/> PAGUE-SE	<input checked="" type="checkbox"/> DIVISÃO TEC. DE OBRAS
<input checked="" type="checkbox"/> RECONHECIMENTO	<input type="checkbox"/> SECÇÃO CONTABILIDADE
<input type="checkbox"/> SATISFAÇA-SE	<input type="checkbox"/> TÉCNICAS DE TURISMO
<input type="checkbox"/> SOLICITO	<input type="checkbox"/> VEREADOR

MARVÃO 29 / 9 / 2014
O PRESIDENTE DA CÂMARA

25SET2014 010294

V. Ref.
Of.844

V. Comunicação
29-05-2013

N. Ref.
Q-2440/14 (A1)

Assunto: instalação de vedações – paisagem – Parque Natural de São Mamede

É objeto de queixa a a situação já anteriormente apreciada por este órgão do Estado relativa às vedações instaladas por particulares nas extremas dos seus prédios, por se apresentarem incompatíveis com as características da paisagem.

Informou-nos V. Exa, por essa ocasião, que iria ser fiscalizado o cumprimento do artigo 59.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e adotadas as providências adequadas.

Porém, em face de queixa recentemente apresentada que insiste na perpetuação – e até incremento – de situações ilícitas, queira informar-nos do resultado da fiscalização.

Solicita-se ainda de V. Exa que nos informe se tem notícia de novas vedações instaladas e da sua conformidade com as pertinentes prescrições legais e regulamentares.

Verifico, segundo auto de notícia lavrado pelo SEPNA da GNR, em 14-08-2012, ter sido construído um muro com 0,8 m a que se justapõe uma vedação com 2,10 m, em Cabeçudos, Santo António das Areias, um outro com 1,20 m de altura com vedação sobreposta de 2,30 m em Vale de Cano, Beirã, um terceiro muro com 0,58 m sob vedação com 1,66 m em Santo António das Areias.

Estas características parecem indiciar violação do citado artigo 59.º do RMEU.



PROVEDORIA DE JUSTIÇA

O Provedor-Adjunto

Por outro lado, queira esclarecer o motivo por que foi alterado o artigo 59.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e identificar o modo de publicação oficial.

Com os melhores Cumprimentos

O PROVIDOR ADJUNTO


(Jorge Miranda Jacob)

Anexo: cópia do auto de notícia citado.



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

COMANDO TERRITORIAL DE PORTALEGRE

DESTACAMENTO TERRITORIAL DE NISA

Núcleo de Protecção Ambiental
COMANDO TERRITORIAL DE PORTALEGRE
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE NISA

AUTO DE NOTICIA

Para os devidos efeitos, aos catorze dias do mês de Agosto de dois mil e doze eu, 1º Sargento N.º 71/1970402 – Luís Miguel dos Santos Parreiras, chefe do Núcleo de Protecção Ambiental do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana em Nisa, dou notícia a V.Ex.ª, dos seguintes factos:

No dia catorze de Julho de dois mil e doze, cerca das 12H30, deslocou-se a este NPA o Sr. Francisco Manuel Neves Murinello, portador do BI nº 8171185-9, emitido em 20/07/2001 por Lisboa, residente na Avenida de Madrid, 32, 3º Dto, 1000-196 Lisboa, na qualidade de representante do Grupo Cívico SOS São Mamede, denunciando o facto de existirem construções ilegais, face à legislação existente, de muros na zona do Parque Natural da Serra de São Mamede, especificamente nas freguesias de Santa Maria de Marvão, Santo António das Areias e Beirã, conforme nosso Relatório nº17/12-NPA de 14/07/2012.

Tomadas diligências no sentido de se apurar a veracidade da denúncia em causa foi por nós feita uma fiscalização, onde se verificou a existência de muros com as dimensões a seguir descritas nos locais identificados:

- Cabeçudos – Santo António das Areias – muro com 80cm de altura, vedação com 2,10m de altura;
- Vale de Cano – Beirã – muro com 1,20m de altura, vedação com 2,30m de altura;
- Coordenadas N 39º 23.8318 W 007º 20.3173 – Santo António das Areias – muro com 58cm de altura, vedação com 1,66m.

De referir que poderão existir muros e vedações com diferentes alturas noutros locais mas estes confirmam a veracidade da denúncia.

Os muros em questão são propriedade de RECPROP BK PROP Unipessoal Lda, contribuinte nº 508320895, que tem por objecto social a exploração económica de prédios próprios, designadamente dos seus recursos agrícolas, pecuários, cinegéticos, florestais e turísticos, com sede em Largo de Corpo Santo, 5, 1200-129 Lisboa.

A existência de muros em zonas rurais confinantes com a via pública de altura superior a 1,20m ou fora desta situação com altura superior a 1,80m, viola o Artº 59º Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Município de Marvão, alterado a sete de Dezembro de dois mil e onze em sessão da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade.

Verificando que estas vedações estão na área do Parque Natural da Serra de São Mamede, que foi constituído pelo Decreto Lei nº121/89 de 14 de Abril reclassificado pelo Decreto Regulamentar nº20/2004 de 20 de Maio e regulamentado pela Resolução do Conselho de Ministros nº77/2005 de 21 de Março, que indica que o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os programas e projectos de iniciativa pública ou privada a realizar na sua área de intervenção.

O mesmo documento indica que o Plano de Ordenamento se aplica à totalidade da área do município de Marvão entre outros.

Este mesmo regulamento define edificação como sendo a actividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, remodelação ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência.

No Capítulo II, Artº 8º - Actividades Condicionadas – diz que sem prejuízo de pareceres, autorizações ou aprovações legalmente exigíveis, ficam sujeitas a autorização prévia da Comissão Directiva do Parque Natural da Serra de São Mamede algumas actividades, entre as quais a destruição da compartimentação existente de sebes, bem como de muros de pedra e sua substituição por soluções não tradicionais.

No Capítulo V – Usos e Actividades – no seu artº 30º - Princípios Orientadores - no nº2, indica que salvo disposição da legislação geral e específica aplicável ou no presente regulamento, nomeadamente no que respeita aos diferentes níveis de protecção delimitados na área do Parque Natural da Serra de São Mamede, são permitidos desde que cumpram um conjunto de práticas recomendadas um certo número de usos e actividades onde se inclui as edificações e infra-estruturas.

Para esta actividade refere que os muros de vedação devem respeitar alguns critérios, sendo que um deles é ser implantados de forma a assegurar a sua integração paisagística, não podendo exceder 1m de altura, facto este que não é respeitado nos muros denunciados.

No Capítulo VI, Artº 43º, refere que a fiscalização cabe ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas sem prejuízo de outras entidades públicas, onde se inclui o SEPNA/GNR, tal como é referido no Artº 40º do Decreto Lei nº 142/2008 de 24 de Julho que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

No Artº 44º do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede refere que constitui contra-ordenação a prática de actividades interditas ou as que sendo condicionadas, como é o caso desta situação, não tenham obtido a autorização prévia da Comissão Directiva do Parque Natural da Serra de São Mamede.

Partindo do princípio que para obter autorização prévia os muros de vedação devem ter até 1m de altura no máximo, presume-se como não existindo a mesma.

O processamento das contra-ordenações, a aplicação das coimas e sanções acessórias e a adopção de medidas de reposição da situação anterior à infracção é efectuado conforme descrito no Regime Jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas definido pelo Decreto Lei 19/93 de 23 de Janeiro, revogado e definido agora pelo Decreto Lei 142/2008 de 24 de Julho.

Este último diploma refere que a prática não autorizada de actos e actividades onde se inserem a realização de trabalhos ou obras de construção civil, designadamente novos edifícios, reconstrução, ampliação ou demolição de edificações em áreas protegidas, por estar sujeita a autorização, constitui contra-ordenação ambiental grave.

Mais informo V.ª Ex.ª de que foi efectuado registo fotográfico da ocorrência e que se encontra ao seu dispôr para o que eventualmente achar necessário.

Assim e salvo melhor opinião de V. Ex.ª, a RECPROP BK PROP Unipessoal Lda, infringiu, a aln a), do Artº 11º do Decreto Regulamentar nº 20/2004 de 20MAI, punido pela alínea b) do nº 2 do Artº 12º do mesmo diploma, com uma coima de 1000 € a 30000 € e infringiu, o nº 1 do Artº 44º conjugado com a alínea a) do nº 3 do Artº 36º ambos do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº77/2005 de 21 de Março, punido nos termos do nº2 do Artº44 do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº77/2005 de 21 de Março, pela alínea a) do nº 3 do Artº 43º do Decreto Lei 142/2008 de 24 de Julho, como contra-ordenação ambiental grave, nos termos da alínea b) do nº3 do Artº 21º da Lei nº 50/2006 de 29 de Agosto, com uma coima de 30000 € a 48000 €.

13
AUTO N.º 028/12- SEPNA

DATA: 14/08/12

E por mais nada haver a descrever se elabora o presente auto de notícia em triplicado cujo original vai ser enviado ao Exmº Sr. Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o duplicado ao Exmº. Sr. Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana em Nisa, ficando o triplicado em arquivo neste serviço.

O Autuante

Luís Miguel dos Santos Parreiras
1º Sargento

Luís Miguel dos Santos Parreiras

1º Sargento

A Testemunha

Jorge Manuel Milhinhos Guerra
6430/245

Jorge Manuel Milhinhos Guerra

Cabo nº 245/1950376

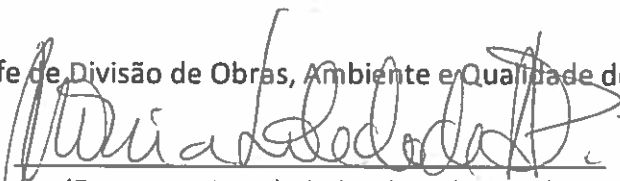
INFORMAÇÃO

DIVISAO DE OBRAS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

DE: Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida

PARA: Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Marvão

ASSUNTO: Instalação de vedações – paisagem – PNSSM – Ofício da Provedoria de Justiça

DESPACHO	INFORMAÇÃO
<i>Solicite. ~ o Provedor juridico 28-10-2014 CX</i>	<p>Tenho a honra de informar V. Exª, que de acordo com o ofício apresentado temos a referir o seguinte:</p> <p>Quando o Exmº Sr Provedor solicita, que em face de queixa recentemente apresentada que insiste na perpetuação – e até incremento – de situações ilícitas, informação sobre o resultado da fiscalização, tenho a informar que nesta divisão não deu entrada qualquer processo de instalação de novas vedações, nem foi dado conhecimento, por parte da fiscalização da existência de alguma sem a devida autorização.</p> <p>Da análise da documentação apresentada, parece-nos que estes factos já foram verificado, analisados, despachados e enviada informação ao Exmº Sr Provedor de Justiça, em 2012 e 2013.</p> <p>No entanto, e como a situação continua a ser apresentada solicitando esclarecimentos, pelo Exmº Sr Provedor de Justiça, considero que mais uma vez deverá ser remetido este processo para parecer jurídico junto da empresa que o município recentemente contratou.</p> <p>À consideração superior.</p> <p>Marvão, 9 de outubro de 2014</p> <p>A Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida</p> <p> (Eng.ª. Maria Soledade Almeida Pires)</p>



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

ENTRADA
EM
30/7/2013
Secretaria da Câmara Municipal de
MARVÃO

25 JUL 2013 005121

Exmo. Senhor
Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Marvão
Largo de Santa Maria
7330-101 Marvão

Vª Ref.
Ofício n.º 844

Vª Comunicação
09.05.2013

Nossa Ref.
Proc. P-02/12 (A1)

Assunto: Parque Natural da Serra de São Mamede – vedações particulares

1. Informo V. Ex.a. ter sido Superiormente determinado o arquivamento do processo acima identificado, nos termos do art. 31.º, alínea c), do Estatuto do Provedor de Justiça, por se considerar ter ocorrido uma evolução positiva.
2. Por um lado, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., comprometeu-se a regulamentar as vedações particulares numa próxima revisão do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.
3. Com efeito, não parece compatível com a manutenção e valorização das características da paisagem natural do parque a total liberdade de escolha quanto ao tipo de vedações a instalar dentro da área protegida.
4. Por outro lado, releva o compromisso de V. Ex.a de que irá confirmar o cumprimento do disposto no Regulamento Municipal de Edificações Urbanas quanto aos muros executados no local.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Noronha Silveira

Rua do Pau de Bandeira, 7 e 9 - 1249-086 Lisboa - Telef. 213 926 600 - Telefax 213 961 243
<http://provedor-jus.pt> - correio eletrónico: provedor@provedor-jus.pt

Não foi possível
identificar o
autor/ponto
questão, o referido
processo foi
Havendo de 2013, 19/3/2014
R. solicito que analize a formalização
e possa fundar da 'De' para a fim
de avaliar se devemos, ou não, penalizar o
inguido, considerando o referido no ponto
da Comunicação. Marvão, 14/11/2013. [Assinatura]